



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações acerca de diretrizes nacionais e políticas educacionais voltadas à prevenção da violência simbólica, moral e sexual em ambientes educacionais e convivência estudantil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações acerca de diretrizes nacionais e políticas educacionais voltadas à prevenção da violência simbólica, moral e sexual em ambientes educacionais e convivência estudantil.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais diretrizes nacionais ou orientações pedagógicas existem para prevenção de trotes abusivos, violência simbólica, assédio moral ou sexual entre estudantes?
2. Existem orientações específicas destinadas a universidades federais, institutos federais e colégios militares?
3. O Ministério mantém levantamento nacional ou estudos sobre violência coletiva ou sexual em ambientes educacionais?
4. Caso existam, encaminhar relatórios e diagnósticos produzidos nos últimos cinco anos.



5. Diante de episódios recentes envolvendo estudantes, foram expedidas recomendações institucionais às redes de ensino?
6. Há programas nacionais voltados à promoção de cultura de respeito e convivência segura?
7. Existe previsão de normativa nacional sobre rituais de integração e eventos estudantis?

JUSTIFICAÇÃO

A sucessão de episódios recentes envolvendo estudantes em diferentes regiões do País tem gerado profunda preocupação social quanto à persistência de práticas abusivas e violência simbólica em ambientes educacionais.

Entre os fatos que ganharam repercussão nacional, destaca-se episódio envolvendo estudantes do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, bem como casos recentes de violência coletiva entre adolescentes amplamente divulgados pela imprensa.

Tais episódios indicam possível dimensão estrutural relacionada à naturalização de práticas degradantes e à fragilidade de protocolos preventivos, exigindo atuação coordenada das políticas educacionais.

Diante do papel central do Ministério da Educação na promoção de ambientes escolares seguros e na formulação de diretrizes nacionais, impõe-se o acompanhamento parlamentar sobre medidas preventivas e sistemas de monitoramento existentes.

Sala das Sessões, 13 de março de 2026.

Senadora Damares Alves

